

ALGUMA REFLEXÃO SOBRE “A ORIGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA” DE DUARTE NUNES DE LEÃO

Rosa Virgínia Mattos e Silva

Introdução

Costuma-se afirmar que a Língua Portuguesa tem quatro gramáticos quinhentistas, pela ordem cronológica: Fernão de Oliveira, João de Barros, Pêro Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes de Leão. De fato, só os dois primeiros foram gramáticos. Gândavo e Nunes de Leão são ortógrafos. O primeiro, além de ortógrafo escreveu a sua *Defesa da língua portuguesa*; o segundo, também ortógrafo, escreveu o primeiro trabalho sobre a história da língua portuguesa. O que une os quatro autores referidos é a erudição, própria aos renascentistas, que se expressa na variada obra completa de cada um. Sobre esses autores pesquisou profundamente a lingüista portuguesa, Maria Leonor Carvalho Buescu.

Ao finalizar a *Introdução à Ortografia e origem da língua portuguesa: introdução, notas e leitura*, publicada pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda em 1983, diz a autora:

“No seu conjunto, a obra gramatical (*lato sensu*) de Nunes de Leão é uma obra ‘problemática’, polêmica e até certo ponto enigmática, mas sem dúvida corajosa na colocação de problemas que testemunham um momento de viragens importantes no domínio do conhecimento e do pensamento europeu” (1983:36).

Ora, essa posição de Leonor Buescu me instigou a refletir sobre a *Origem da língua portuguesa*, desarmando-me de ler a vasta bibliografia sobre o autor e enfrentando uma leitura pessoal que, espero, contribua de alguma forma para uma compreensão do ousado, a meu ver, primeiro autor a investir sobre o nosso passado lingüístico, com a bagagem própria ao seu tempo, neste ano em que se comemora o quinto centenário da publicação da *Origem*.

1. *Que fontes utilizou Nunes de Leão?*

Examinados os vinte e seis capítulos que compõem a *Origem da Língua Portuguesa*, nota-se que, até o Capítulo VI, Duarte Nunes de Leão utiliza variadas fontes, senão vejamos:

- No Capítulo I, *Da mudança que as línguas fazem por discurso de tempo*, cita: M. Túlio, ou seja, Cícero (p.196 e 197), Catão (p.196), Políbio (p.196), Horácio (p.196), Plutarco (p. 197) e Ciprião, o Africano (p.197);
- No Capítulo II, *Da língua que a princípio foi falada na Espanha*, cita: “... os que afirmam” (p.199), André de Rezende, na *Antigüidade da Luzitânia* (p.199), Floriano O. Campo, “escritor douto”, que utilizou Manethon e Beroso (p.199);
- No Capítulo III, *Como os espanhóis tiveram letras antes que os Romanos viessem à Espanha*, cita António Nebrissenje (p.206), Plínio, no Livro XXXIII da *Natural História* (p.206), Estrabão, Livro II (p.207);

- No Capítulo IV, *Da invenção das letras e sua antigüidade*, cita Plínio, Livro IV, cap. 56, o poeta Lucano (p.209) e Josefo, Livro I, Capítulo IV das *Antiguidades* (p.210) e os capítulos IV e IX do Livro da Génesis (p.210);
- No Capítulo V, *Que as línguas cada dia se renovam com novos vocábulos por que se deixam ou emendam os antigos*, cita Plínio, último Livro de sua *Natural História* (p.212), André Tiraquelo, no Livro *De Nobilitate*, capítulo XXXI, nº 275 (p.212), Virgílio, a *Eneida*, VI. 847 (p.213), Platão, no *Crátilo* (p.214) e o poeta Plauto (p.215);
- No Capítulo VI, A língua que se hoje fala em Portugal, e por que se chama romance, cita: "... ãa pedra antiga diz assim..." (p.219);

Veja-se que tais fontes abarcam desde o Antigo Testamento com o *Livro da Génesis* (cap. IV), autores clássicos, gregos e romanos, como M. Túlio, Catão, Políbio, Horácio, Plutarco, Ciprião Africano (cap. I); autores hispânicos André Rezende e Floriano de Ocampo (cap. II), António de Nebrija (cap. III), Plínio e sua *Natural História*, Estrabão, historiador da romanização, cita os poetas Lucano (no cap. III), Virgílio e o poeta Plauto (no cap. V), nesse capítulo cita também o italiano André Tiraquelo. Como não podia deixar de ser cita o *Crátilo* de Platão, também no cap. V. Interessante é que, além de fontes bíblicas greco-latinas e românicas, não despreza o erudito Nunes de Leão a tradição oral, veja-se o que no Capítulo II – *Da língua que a princípio se falava na Espanha* – "... os que afirmam..." (p.199) e ainda fatos hoje designados de arqueológicos, quando no Capítulo VI – *A língua que hoje fala em Portugal*, informa: "...ãa pedra antiga diz assim..." (p.218).

Desse levantamento, depreende-se que são os capítulos I e V, respectivamente, *Da mudança que as línguas fazem por discurso e tempo* e *Que as línguas se renovam com novos vocábulos por que se deixam ou emendam os antigos* são aqueles em que Nunes de Leão parece ter sentido necessidade de fundamentar seu pensamento em maior número de fontes, ou seja, da "auctoritas" (=autoridade) de variados autores. No I utiliza-se de: Cícero, Catão, Políbio, Horácio, Plutarco e Ciprião, o Africano e no V, recorre a Plínio, André Tiraquelo, Virgílio, Platão e Plauto.

A partir do Capítulo VII – *Das muitas maneiras por que se causou corrupção da língua latina que em Espanha se falava no que hoje se fala* (p.221-232) só vai citar ele próprio, na sua *Ortografia da língua portuguesa*, quando trata *Dos vocábulos corruptos por troca de letras para outras não semelhantes*. Quando trata da *Corrupção por impropriedade de significação alheia* vai utilizar Plínio, livro XV, capítulo 29 e livro XII, capítulo 2, ao tratar da palavra "dinheiro" e "maçã". Diz Nunes de Leão:

"Vindo de *denarius*, nome particular de certa moeda que pesava dois vinténs, o usamos por o geral que os latinos dizem pecúnia" (1983:227).

E acrescenta:

"Como também fizemos nesta palavra *maçã* que, sendo nome especial de um certo género de pomos que foi planta de um certo Gaio Macio grande aceito a Augusto César... porque os latinos lhe chamavam *malum matianum*, o tomamos por o geral de todos daquele género que chamam *malus punica*, *malus medica*, *malus matiana* etc." (Ib.).

Cita também Cícero ou M. Túlio, no Livro V, *De finibus bonorum*, ao tratar da significação imprópria de "parvo":

“... que querendo dizer *pequeno* chamamos assim aos que sabem pouco ou são tontos, ainda que sejam grandes. E a razão é que os Espanhóis antigos principalmente os Portugueses chamavam aos moços pequenos ou meninos *parvos*, segundo se vê das suas escrituras antigas, como também lhes chamavam os latinos.” (1984:229).

Em outra passagem do Capítulo VII, cita mais uma vez Plínio, no livro VIII, capítulo 21 de sua *Natural História*, a propósito da palavra *marticola* por *símia*. Diz Nunes de Leão:

“E como a palavra *marticola* por *símia* que erradamente tomaram, sendo nome de outro animal mui diferente. A causa deste erro foi que ouviram dizer que havia um animal que, tendo semelhança com o homem no rosto e nas orelhas e na voz humana que imitava para enganar homens de cuja carne é mui gulosa, como tudo conta Plínio... e se chama *manticora*, enganados por figura do bugio ter alguma semelhança com o corpo humano, cuidaram que este era o mesmo animal que bugio e assim lhe chamaram *marticola* por *manticora* e contra esta razão, porque aquele animal é crudelíssimo entre os mais feros e tem outra figura e diferença dos outros animais como pinta Plínio.” (1984:229).

Vai Nunes de Leão a Aristóteles no Livro VII, capítulo 6 das *Éticas*. Ao tratar da metáfora, apresenta, como exemplo, o fato de que “os Portugueses ficam ricos de muitas palavras e maneiras de falar, como é chamar *assomado* ao *acelerado* ou que supitamente se põe em ira”. Prossequindo diz que “tomada a metáfora em *soma* e não pelo medo, porque, como a ira é um breve furor, o irado não considera nem lança conta ao que faz ou diz, com tento”. (1984:232).

Citando Aristóteles que diz ser a ira “como servidor diligente que, antes de ouvir todo o recado já parte e quando chega aonde o mandam não sabe o que há-de dizer” (Ib.).

No Capítulo VIII, *De alguns vocábulos portugueses tomados dos cativos que, pela corrupção que se deles fez, estão obscuros*, destaquei o vocábulo *palmeiro* (*peregrino*), em que segue Nunes de Leão Paulo Emílio na vida de el-rei Luís VII. Apresenta então:

“ de *palma*, árvore, porque os que vinham da peregrinação da Terra Santa traziam por bordão uma palma, em sinal que tinham acabado sua peregrinação”. (1984:239).

Ao tratar no Capítulo XIII, *Dos vocábulos tomados aos Alemães*, cita, mais uma vez, Plínio, no livro 10, capítulo 22 de sua *Natural História*, ao tratar do vocábulo *ganza* por *adem*, que Plínio diz... que era céltico e germânico antigo” (1984:270).

No Capítulo XV, *Dos vocábulos que ficaram dos Godos*, cita Vuolfango Lazio no seu tratado *De immigrationibus gentium* que, como alguns autores, “afirma serem poucos da língua gótica: *alaúde*, *albergar*, *ama*, *andar*, *bosque*, *bandeira*, *cabeça*, *caça*, *congrirão*, *esgrimidor*, *elmo*, *harpa*, *moça*, *roca*, *fuso*, *jardim*, *joglar*, *tripas*, *escansão*, *praça*, *riqueza*, *sonhar*”. Nunes de Leão não aceita, em todos os casos, a origem “goda” da lista acima. Como é o caso de “jardim” que, segundo nosso Autor, “vem do verbo grego que quer dizer regar” (1984:275); nem *cabeça* “que é corrupto pelos Godos de *caput* que é trazido por eles da Gótica” (1983:276); “o mesmo parece de *praça*, que seria corrupto por eles de ‘*platea*’” (1983:277). Admite que *rico* seja “palavra céltica antiga, de *rich*” (Ib.). Note-se que está se tratando dos Godos e aqui se refere aos celtas. Também não aceita *caça*, “que sem dúvida alguma parece vem de *capio*, *-pis* ou de *capto*, *-as*”. (Ib.). Note-se que pelo meio diz “sem dúvida” e depois “parece”. Ilustra o seu argumento em favor do étimo latino com versos de Virgílio, no livro das *Geórgicas*, de Ovídio, no livro I, *De Arte* e mais uma vez Plínio, livro 19, capítulo I (1989: 276).

No Capítulo XXI, *De algumas palavras portuguesas e maneiras de falar que se não podem bem explicar por outras latinas nem de outra língua*, vou destacar *Saudade*, *Mano* e *mana*.

Quanto à palavra *saudade*, diz Nunes de Leão:

“Porque, por o que os Latinos chamam *desiderium*, não é isso propriamente, cá, segundo a definição de M. Túlio, no Livro IV das *Tusculanas questões* [sic.]: *Desiderium est libido videndi ejis qui non adsit*, quer dizer, *desiderium* ou desejo, é vontade de ver alguém que não está presente, sendo *saudade* palavra que não e diz somente a pessoas, mas a cousas inanimadas...” (1983:304).

Quanto a *mano*, *mana*, diz Nunes de Leão:

“Estas duas palavras de brandura, com que falamos aos meninos ou pessoas a quem queremos bem, não há outra na língua espanhola nem nas outras vulgares que lhe responda. Só os latinos têm ãa interjeição *blandientis* que é *amabo*, que parece vai ter a isto, como se vê em Cícero, no livro VII das *Epístolas a Volumnio*... e em Plauto, in *Amphitrones*... E Terêncio, in *Eunuchus*... Mas enfim, não o explica da maneira que o nós queremos significar por que cada língua tem sua propriedade”. (Ib.).

Busquei neste item 2, rastrear fontes utilizadas por Nunes de Leão para fundamentar seus pontos de vista. São muitas e variadas, mas, a meu ver, Marco Túlio, ou seja, Cícero e Plínio, na sua *Natural História* são fontes recorrentes.

2. Como trata Nunes de Leão a formação histórica da língua portuguesa?

É essa pergunta que tentarei responder neste item. Como sabemos, Duarte Nunes de Leão foi historiador, também. Escreveu, nesse campo, *Genealogia Verdadeira de los Reys de Portugal*, publicado em 1569; também em latim e em português é Autor de *De Vera Regum Portugaliae Genealogia Liber*, publicado em 1585; ainda *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal*, publicada em 1606; a *Descrição do Reino de Portugal*, publicada em 1610 e, por fim, *Chronicas d’El-Rei D. João de Gloriosa Memória*, publicados em 1643. (cf. BUESCU 1983:37).

Sendo assim, Nunes de Leão, além de ortógrafo e, diria, filólogo – no mais amplo sentido dessa palavra, foi historiador. Com essa bagagem e sua formação humanística, não é de admirar que pudesse reconstruir, à sua maneira, e de acordo com o tempo em que viveu, a formação histórica de Portugal e, conseqüentemente da Língua Portuguesa. Tentarei demonstrar o que investiguei sobre o tema na *Origem da língua Portuguesa*, publicada em 1606.

Começo por considerar o Capítulo VI – *A língua que se hoje fala em Portugal, donde teve origem, e por que se chama romance*. Como os outros chamados “gramáticos quinhentistas”, Nunes de Leão sabia que a Língua Portuguesa é derivada da Língua Latina.

Logo ao iniciar diz:

“... vindo os Romanos a lançar de Espanha os Cartagineses que ocupavam grande parte dela, foi-lhes fácil haver o universal senhorio de todos e reduzir Espanha em forma de província”. (1983:217).

E logo mais adiante:

“... naqueles tempos se falava [a língua latina] pura, como em Roma, e no mesmo Lácio, até a vinda dos Vândalos, Alanos, Suevos outros bárbaros que aos Romanos sucederam e

corromperam a língua latina com a sua e a misturaram de muitos vocábulos... de que se veio a fazer a língua, que tem fundamentos na Romana, ainda que corrupta lhe chamamos hoje *romance*". (Ib.).

Destaque-se que “pura” / “corrupta” são modos de ver o contacto entre línguas no tempo em que viveu e escreveu Nunes de Leão. Não posso, nem devo, julga-lo no âmbito dos parâmetros da Romanística científica do século XIX, nem da Lingüística, chamada Moderna do século XX. Feita essa ressalva, veja-se como prossegue Nunes de Leão.

Sobre o que se designa de romanos, diz Nunes de Leão, além dos Cartagineses, refere-se a “ũa pedra antiga que se achou na cidade de Empúrias”. (1983:218), que era habitada pelos gregos e diz:

“Desta maneira o fizeram os mais povos, assim dos gregos como os Espanhóis [sic.] e os Fenices que ficaram em Cádiz e, finalmente, todas as mais gentes que em Espanha residiam. E assim ficou a língua latina comum a todos”.

Hoje, quando se estuda a história da língua portuguesa e se trata dos pré-romanos, como substratos, fala-se do substrato basco ou vasco que,

“Nos empréstimos latinos do basco, o /F-/ passa sempre para /b/, /p/, /h/ ou desaparece. Nas áreas mais romanizadas do antigo território ocupado por este povo; que se estendia mais a sul do Ebro este som de difícil articulação pronunciar-se-ia como uma aspirada” (CASTRO:2005:65).

Nunes de Leão, no Capítulo II, *Da língua que a princípio se falava em Espanha*, preocupação e *topos* comum aos “gramáticos quinhentistas” (cf. BUESCU 1984:204), diz:

“Desta vinda de Túbal a Espanha vêm a coligir que a primeira língua que se nela falou foi a Caldaica e que dela procedeu o vasconço que em Biscaia se falava, e que aí se conservou como em lugar menos freqüentado de outras gentes e aquela era a língua que em Espanha se falou até a vinda dos Romanos” (1983:201).

Sabe-se que até hoje, pelo que sei, não se sabe a que família lingüística se filia o vasco/vasconço. Nunes de Leão a considera “caldaica”, portanto uma língua semítica, e generaliza para toda a Espanha o “vasconço”, quando hoje se limita esse substrato: “que se estendia mais a sul do Ebro” (CASTRO: Ib.).

Ainda no Capítulo II, ao tratar da palavra Setúbal, diz Nunes de Leão:

“é nome moderno que se deu àquele lugar, corrupto de *Cetóbriga* ou *Cetobrica*... *briga* entre os Espanhóis queria dizer cidade ou povoação, como se vê em *Talábriga*, *Corimbriga*, *Medábriga*, *Lacóbriga*, ao costume de muitas gentes, que acabam os nomes de suas cidades em o nome geral de cidade”. (1983:199-200).

Entre os substratos indo-europeus:

“Foram os celtas, que se espelharam pelo centro e oeste da Península entre os séculos X e VI a.C.... Sobre esse mesmo território, A. Tovar assinala a presença dos celtas mais primitivos assentados na Península, que se caracterizam pela formação de topônimos a partir do sufixo – *briga*, ainda durante a época romana (*Caesarobriga*, *Augustobriga*, *Flaviobriga*). (CASTRO et al.: 1991:141-142).

Veja-se que, embora Nunes de Leão não se refira aos celtas, o sufixo *-briga*, que exemplifica com nomes de cidade, tal como Castro (1991), é proposto por António Tovar como exemplo do substrato celta.

Nunes de Leão não trata do substrato tartéssico, como Castro (1991) às páginas 140 e 141. Contudo, no Capítulo III, *Como os Espanhóis tiveram letras antes que os Romanos viessem a Espanha*, refere-se à Tartéssia, na seguinte passagem:

“... vindo depois a esta província tantas gentes de diversas partes... é de crer que, como davam língua aos lugares que codificavam, assim lhe dariam as letras, que são tesouro e custódia das palavras e que não seria só maneira de letras, e que na Tartéssia e mais terras da Bética [romana], em que os cartagineses dominaram tantos anos, se falaria a língua púnica”. (Buescu, 1983:205).

Sem falar, é claro, de superstrato germânico, diz Nunes de Leão:

“Vindo pelos tempos, é natural haver mudanças nos estados e declinar o Império Romano, veio a Espanha, a inundação dos Godos, Vândalos e Sitingos e de outras gentes bárbaras, que devastavam Itália, as Gálias e dominavam Espanha e a misturavam com a sua, de maneira que se vê nos livros e escrituras antigas”. (1983:219).

É no Capítulo XV, *Dos vocábulos que nos ficaram dos Godos*, que apresenta empréstimos, palavra que não faz parte de sua metalinguagem, que seriam visigóticos, de que já tratei no Item 2, quando, ao vasculhar as fontes do autor da *Origem*, encontrei Vuolfango Lazio que, com outros autores, “afirmam serem estes poucos da língua gótica”. (1983:275).

Do que se pode hoje designar adstrato árabe, resultante da convivência beligerante em um mesmo território, das línguas românicas hispânicas em formação com os muçulmanos (não apenas de língua árabe, porque havia, por exemplo, os berberes muçulmanizados) que chegaram à Península Ibérica em 711 d.C. e, do que a partir de 1492 se chama Espanha, aí permaneceram por sete séculos, no que veio a ser Portugal até 1249, portanto, cinco séculos, diz Nunes de Leão:

“Depois desta barbária que se introduziu, veio a perdição de toda a Espanha, que os Mouros assolaram e destruíram, entre os quais ficaram os Espanhóis, uns cativos e outros tributários por partidos que de si fizeram, para lhes lavrarem as terras como seus ascriptícios e inquilinos... corromperam ainda mais a língua, meia gótica e meia latina que falavam, tomando outros vocábulos dos Mouros, que ainda hoje nos duram.” (1983: 219).

E acrescenta, com propriedade: “... da destruição dos Mouros, escapavam nas terras altas de Biscaia, Astúrias e Galiza”. (Ib.).

Sem utilizar o termo Reconquista, diz, contudo, que no decorrer desse processo histórico.

“... se causou por em Portugal haver reis e corte que é oficina onde os vocábulos se forjam e pulem e donde manam para os outros homens, o que nunca houve em Galiza”. (1983:220).

Assim Nunes de Leão admite uma vantagem na “destruição” mourisca: a formação do reino de Portugal e de sua corte. Destaca, quanto ao “aperfeiçoamento” da língua, os reis D. Dinis de Portugal e seu avô D. Afonso VI de Castela, o Sábio.

No Capítulo X, *Dos vocábulos que os Portugueses tomaram dos Árabes*, apresentará, em lista, “os que me lembrarem para exemplo”. Portanto, de memória,

arrola 206 vocábulos, apesar da ressalva que encabeça sua lista memorizada (1983:244-249).

“E muito menos se devem espantar se virem que alguns tomavam aos Hebreus, por a língua hebraica ser como mãe de todas, por sua antiguidade, de que todas as outras, principalmente os Árabes que, com os Hebreus tinham muito [sic.] vizinhança e semelhança na língua”. (1983:240).

Parece-me que Nunes de Leão não tinha conhecimento do moçárabe, uma vez não menciona nem esse Romance, nem a etnia.

No Capítulo XI, *Dos vocábulos que os Portugueses tomaram dos franceses*, distingue, com clareza, os empréstimos, propriamente ditos, “porque a razão que demos que as gentes comunicam suas linguagens por causa da vizinhança” (1983:251), o que não é o caso entre Portugueses e Franceses, “porque o reino da França está apartado da Espanha” (Ib.), dos hoje chamados “empréstimos culturais”.

Apresenta razões para “esta comunicação de palavras” (Ib.): pela navegação; por terem vindo franceses a Portugal, desde o conde D. Henrique, vindo de Borgonha; os que vieram ajudar a tomar Lisboa; pelo casamento da rainha Mafalda, francesa, com D. Afonso Henriques. E conclui:

“E, por causa da navegação e trato, vinham a este Reino tantos franceses, que cuidavam muitos que se chamava Portugal do Porto de Galos” (1983:252).

“Lembrou-se” o Autor de 314 nomes “tomados aos franceses” (p.252-261). Destaca destes os Limosimos, da cidade de Limoges, que são apenas dez (1983:261-262).

No Capítulo XVI, *Dos vocábulos que os Portugueses tem seus nativos que não tomavam de outras gentes que nós saibamos*, ao todo são 711 vocábulos (p. 279-290).

No Capítulo XXII, *Porque os Portugueses não usurparam tantos vocábulos dos castelhanos como tomam de outras nações mais remotas*, diz logo de saída que os portugueses “antes parecem que fogem de se parecerem com eles na língua” (1983:305). Nota-se, portanto, a questão da identidade nacional, embora Nunes de Leão a isso não se refira. Apresentará razões lingüísticas: a ausência do ditongo <ão> (p.306), a diferença na pronúncia das nasais em final de vocábulo e os ditongos <ue> e <ie> dos castelhanos (Ib.). Conclui o capítulo:

“E se alguns vocábulos se agora acharem tomados dos Castelhanos, serão depois que nos unimos com eles e fomos todos de um mesmo Príncipe e de um governo”. (1983:307).

Lembre-se de que, em 1580, Portugal passa a ser governado pelo rei da Espanha, Felipe II, a quem Nunes de Leão dedica a sua *Origem da Língua Portuguesa*.

No Capítulo XXIV, *Que não é falta de bondade da Língua Portuguesa não ser comum a tantas gentes da Europa como a Castelhana*, compara a difusão do castelhano com a do português e diz:

“A causa da língua Castelhana se estender por algũas províncias e haver nelas muitos que a saibam entender e falar, não é por a bondade da língua (que nós não lhe negamos), mas por a necessidade que dela têm aquelas gentes que dela usam”. (1983: 314).

Contudo, na página seguinte, destaca a sua língua:

“Nenhã se alongou tanto de sua terra natural como a nação portuguesa... penetraram tudo que o Mar Oceano cerca, e consigo levaram sua língua”. (1983:315).

A seguir enumera: África, Pérsia, Índia, nos Brasis e nas muitas grandes ilhas do Mar Oceano (p. 315). Conclui:

“E a língua portuguesa com razão se pode ter em muito e chamar ditosa, pois por ela se anunciou e manifestou a tantas gentes e de tão remotas e estranhas províncias a fé de Nosso Senhor Jesus Cristo, e foi causa de se tirarem as errôneas e trevas em que o mundo vivia”. (1983:313).

Consideração final

Nesta *Consideração final* retomo a citação de Maria Leonor Buescu, transcrita na *Introdução* deste breve estudo. A Autora adjectiva a obra gramatical de Nunes de Leão, no seu conjunto – *Ortografia e Origem* – de problemática, polémica, enigmática e corajosa.

No que se refere à *Origem da Língua Portuguesa*, considero que é “problemática”, aliás penso que não poderia deixar de sê-lo, uma vez que, pela primeira vez, alguém se detém para compreender e explicitar a formação histórica da língua portuguesa, nesse sentido e retomando um dos qualificadores de Buescu é uma obra “corajosa”, porque faz frente a uma temática original.

Considero “polémica” sobretudo a forma como, estando sob o domínio filipino, no Capítulo XXIV defende a “bondade” da língua portuguesa por ter se expandido pelo mundo e, através dela, a cristianização de grande parte do mundo, enquanto o castelhano se expandiu por “necessidade”.

Mas por que “até certo ponto enigmática”? Li e reli a *Origem*, em busca de identificar o seu “enigma”. Ao contrário, considero-a como clara, com argumentação racional e com argumentos próprios ao seu tempo. Aceita Nunes de Leão uma tradição por vezes fantasiosa, mas refuta quando encontra argumentos para tanto. Seus preconceitos, como o de “corrupção” / “pureza” não são de admirar em um homem de quinhentos, uma vez que persistem, muitos deles até os nossos dias e entre letrados, não ousaria dizer entre lingüistas modernos.

Duarte Nunes de Leão e sua *Origem* são, certamente, parte inaugural de uma orientação histórica nos estudos das línguas que só vai adquirir o estatuto científico no século XIX, com os comparatistas e neogramáticos, a princípio na Alemanha.

Salvador, 2 de abril de 2006

Rosa Virgínia Mattos e Silva

INSTITUTO DE LETRAS
– UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA/ CNPq

REFERÊNCIAS:

- . BUESCU, M.L.C. (1983). *Ortografia e origem da língua portuguesa: Introdução, notas e leitura*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- . BUESCU, M.L.C. (1984). *Historiografia da língua portuguesa: século XVI*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- . CASTRO, IVO et al. (1991). *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- . CASTRO, IVO (2005[2004]). *Introdução à história do português: Geografia da língua. Português antigo*. Lisboa: Edições Colibri.